

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO

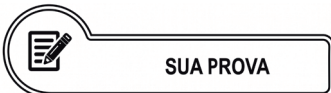
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PIAUÍ (DETRAN/PI),
FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ (TV ANTARES) E SECRETARIA
DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (SASC)
EDITAL Nº 02/2026

NÍVEL SUPERIOR

02106 – AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS - ASSISTENTE SOCIAL – TIPO A

Frase: **A transparência legitima a administração.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

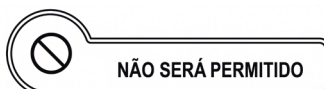
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Governo cria política nacional para alunos superdotados, mas veta triagem obrigatória nas escolas

Nova legislação prevê cadastro nacional e atendimento especializado para estudantes com altas habilidades; identificação anual em massa e centros de referência ficaram de fora do texto final.

A Lei nº 15.436/2026 foi publicada nesta quinta-feira (18) no Diário Oficial da União e estabelece diretrizes para reconhecimento, acompanhamento e desenvolvimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação em todo o país.

Entre as medidas previstas, estão a criação de um cadastro nacional, a oferta de atendimento educacional especializado e a possibilidade de flexibilização da trajetória escolar.

A nova política também passa a contemplar estudantes com dupla excepcionalidade — os que, além das altas habilidades, apresentam alguma deficiência, transtorno do espectro autista ou outro transtorno do neurodesenvolvimento.

Segundo o Censo Escolar de 2025, cerca de 56 mil estudantes brasileiros foram formalmente identificados com altas habilidades ou superdotação. Entidades que atuam na área, porém, afirmam que o número está longe de refletir a realidade, já que muitos alunos nunca são reconhecidos pelo sistema educacional.

O que muda

A legislação define altas habilidades ou superdotação como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por potencial intelectual elevado, intensa curiosidade, grande capacidade de aprendizagem e profundo envolvimento em temas de interesse.

Para esses estudantes, a lei prevê atendimento educacional especializado complementar à escolarização regular. Entre as possibilidades estão programas de enriquecimento curricular, aprofundamento de conteúdos, agrupamento por áreas de interesse e aceleração dos estudos.

Também passa a ser permitida a progressão flexível, com avanço em disciplinas específicas, além da aceleração completa da trajetória escolar quando houver indicação pedagógica.

Cadastro nacional

Um dos principais pontos da nova política é a criação do Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que ficará sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC).

A ferramenta deverá reunir informações da educação básica e superior para mapear esse público e subsidiar a formulação de políticas públicas. Embora a criação de um cadastro semelhante já estivesse prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 2015, a medida nunca saiu do papel.

O que foi vetado

Apesar da sanção, o governo retirou trechos aprovados pelo Congresso Nacional.

O principal veto atingiu os dispositivos que criavam uma triagem educacional anual para identificação precoce de estudantes com altas habilidades ou superdotação. Na justificativa enviada ao Congresso, o Executivo argumentou que a medida poderia gerar burocracia e atrasar o acesso ao atendimento especializado.

Também foi vetada a exigência de avaliação multidimensional realizada por equipe especializada para formalizar a identificação desses estudantes. Segundo o governo, a medida poderia criar barreiras operacionais, especialmente em redes de ensino com menor estrutura técnica.

Outro trecho barrado previa a criação de centros de referência em cada unidade da federação. O Executivo alegou que a proposta não apresentou estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Adesão será voluntária

A implementação da política dependerá da adesão de estados, Distrito Federal e municípios. O governo federal poderá oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade orçamentária.

Os vetos ainda serão analisados pelo Congresso Nacional, que poderá mantê-los ou derrubá-los em sessão conjunta de deputados e senadores.

1. Em analogia aos vocábulos demarcados respectivamente em I e em II, atente-se às palavras destacadas nos itens a seguir para assinalar a ortografia adequada quanto ao uso ou à ausência de hifenização.

- I. “A Lei nº 15.436/2026 foi publicada nesta quinta-feira (18).”
- II. “A legislação define altas habilidades ou superdotação como uma condição do neurodesenvolvimento.”

- (A) No dia-a-dia, só uso água de colônia.
- (B) Tenho duas blusas: uma cor-de-rosa e outra cor de vinho.
- (C) Pé-de-moleque é uma iguaria; já pé de meia, uma poupança.
- (D) Afro-descendente refere-se à pessoa que possui origem africana; panamericanismo engloba todos os países da América.

2. O vocábulo conforme, em “O governo federal poderá oferecer apoio técnico e financeiro, conforme disponibilidade orçamentária”, é o mesmo que:

- (A) doravante disponibilidade orçamentária.
- (B) consoante disponibilidade orçamentária.
- (C) conquanto disponibilidade orçamentária.
- (D) porquanto disponibilidade orçamentária.

3. “A nova política também passa a contemplar estudantes com dupla excepcionalidade — os que, além das altas habilidades, apresentam alguma deficiência.”

O termo realçado equivale a um:

- (A) artigo, pertencente à função de sujeito.
- (B) artigo, pertencente à função de adjunto adnominal.
- (C) pronome oblíquo, pertencente à função de objeto direto.
- (D) pronome demonstrativo, pertencente à função de objeto direto.

4. Em se tratando da progressão temática do texto em análise, o vocábulo também, localizado no parágrafo transcrito a seguir, estabelece um mecanismo de coesão:

“Também foi vetada a exigência de avaliação multidimensional realizada por equipe especializada para formalizar a identificação desses estudantes. Segundo o governo, a medida poderia criar barreiras operacionais, especialmente em redes de ensino com menor estrutura técnica.”

- (A) sequencial do tipo frástica.
- (B) sequencial do tipo parafrástica.
- (C) referencial do tipo anafórica.
- (D) referencial do tipo catafórica.

5. Tendo por base o uso ou a ausência da vírgula, em relação aos termos enumerados em 1 e em 2, aponte a alternativa correta dentre os itens a seguir.

- “Os vetos ainda serão analisados pelo Congresso Nacional, que¹ poderá mantê-los ou derrubá-los [...]”
- “O principal veto atingiu os dispositivos que² criavam uma triagem educacional anual [...]”

- (A) A presença da vírgula em 1 torna a oração iniciada pelo conectivo “que” substantiva, cuja função sintática é de aposto.
- (B) Em 1, a presença da vírgula restringe a informação em relação ao antecedente; enquanto em 2, sua ausência explica o termo antecessor.
- (C) O uso da vírgula em 1 bem como sua ausência em 2 são indiferentes para o sentido que acarretam aos seus respectivos antecedentes, uma vez que ambas as orações são adjetivas.
- (D) Independentemente da presença ou da ausência da vírgula, a função sintática das orações subordinadas introduzidas pelos conectivos 1 e 2 é adjuntiva.

6. “Também foi vetada a exigência de avaliação multidimensional [...]”

Assim como em multi, há um morfema latino ressaltado em:

- (A) ictiologia.
- (B) pirotecnia.
- (C) ludopatía.
- (D) fagocitose.

7. “Entidades que atuam na área, porém, afirmam que¹ o número está longe de refletir a realidade, já que² muitos alunos nunca são reconhecidos pelo sistema educacional.”

Os elementos conectores enumerados anteriormente introduzem orações subordinadas:

- (A) 1, adjetiva; 2, adverbial.
- (B) 1, adjetiva; 2, substantiva.
- (C) 1, substantiva; 2, adverbial.
- (D) 1, adverbial; 2, substantiva.

8. Analise as classes de palavras realçadas nos itens que seguem e assinale a alternativa em que a correlação vocábulo destacado e função desempenhada entre parênteses esteja correta.

- (A) “Segundo o Censo Escolar de 2025, cerca de 56 mil estudantes brasileiros foram formalmente identificados com altas habilidades.” (preposição)
- (B) “O principal veto atingiu os dispositivos [...]” (substantivo)
- (C) “[...] estão a criação de um cadastro nacional [...]” (numeral)
- (D) “[...] que ficará sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC).” (conjunção)

Noções de Informática

9. Um município iniciou um projeto para apoiar assistentes sociais e psicólogos na elaboração de minutas de documentos administrativos, utilizando ferramentas de inteligência artificial generativa. Durante a capacitação, a equipe técnica orientou que a qualidade das respostas produzidas pelo sistema depende, principalmente, da forma como as instruções são fornecidas ao modelo. A recomendação foi baseada nas boas práticas de elaboração de prompts, amplamente difundidas na literatura técnica sobre IA generativa.

Considerando os princípios básicos das técnicas de prompts, assinale a alternativa que apresenta a prática adequada para obtenção de respostas mais consistentes e alinhadas ao objetivo pretendido.

- (A) Formular instruções claras, contextualizadas e específicas, indicando objetivo, formato esperado e informações relevantes para orientar a geração da resposta.
- (B) Utilizar comandos genéricos e eliminar detalhes do contexto, permitindo que o sistema determine autonomamente o conteúdo considerado mais apropriado.
- (C) Substituir informações essenciais por termos amplos e abreviações, reduzindo a quantidade de elementos fornecidos ao modelo durante a interação.
- (D) Solicitar diversas tarefas distintas em uma única instrução, omitindo restrições de formato e critérios de apresentação para ampliar a liberdade de resposta.

10. Em uma secretaria municipal, os servidores utilizam diferentes aplicações computacionais durante a rotina administrativa, incluindo sistemas corporativos, serviços de correio eletrônico, compartilhamento de arquivos e consulta a informações disponibilizadas em ambiente de rede. Para garantir o funcionamento adequado dessas aplicações, diversos protocolos de comunicação são empregados conforme a finalidade de cada serviço.

Durante a configuração de uma estação de trabalho, verificou-se que o navegador precisava estabelecer comunicação com o servidor responsável por um sistema institucional disponibilizado por meio da Web. Considerando essa situação, assinale a alternativa que apresenta corretamente o protocolo envolvido nessa comunicação e sua respectiva finalidade.

- (A) FTP.
- (B) HTTP.
- (C) SMTP.
- (D) DNS.

11. Em uma fundação pública, diferentes setores utilizam sistemas independentes para registrar informações administrativas. Periodicamente, uma equipe consolida esses registros em planilhas eletrônicas destinadas à elaboração de relatórios gerenciais. Como as bases institucionais sofrem alterações ao longo do tempo, a equipe pretende reduzir operações manuais durante as atualizações posteriores dos relatórios.

Considerando os recursos disponíveis no Microsoft Excel do Microsoft 365, assinale a alternativa que apresenta o procedimento tecnicamente adequado à necessidade descrita.

- (A) Utilizar a ferramenta de classificação para reorganizar registros existentes conforme critérios estabelecidos pelo usuário.
- (B) Aplicar a validação de dados para controlar os valores aceitos nas células da planilha.
- (C) Empregar a formatação condicional para destacar automaticamente células que atendam a critérios previamente definidos.
- (D) Utilizar os recursos de obtenção de dados externos para importar informações e permitir sua atualização a partir da respectiva origem.

12. Durante a tramitação eletrônica de documentos entre diferentes unidades de um órgão público, determinados arquivos passaram a ser assinados digitalmente antes do encaminhamento aos destinatários. O procedimento foi incorporado ao fluxo administrativo para atender às exigências de autenticidade das comunicações eletrônicas e fortalecer a confiança na documentação produzida pelos servidores.

Considerando os princípios da segurança da informação relacionados à assinatura digital, identifique a finalidade diretamente associada à utilização desse mecanismo.

- (A) Permitir que o documento seja acessado somente mediante autenticação realizada pelo destinatário previamente cadastrado.
- (B) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por usuários que possuam permissão de leitura.
- (C) Assegurar a autoria do documento e possibilitar a verificação de que seu conteúdo permaneceu íntegro após a assinatura.
- (D) Restringir automaticamente a impressão e a edição do documento em qualquer equipamento conectado à rede institucional.

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

13. Os dados do Censo Demográfico de 2022 registraram 3.271.199 habitantes no Piauí, enquanto as estimativas populacionais posteriores do IBGE apresentaram valores superiores para o estado. Considerando a natureza desses indicadores, identifique a alternativa que caracteriza corretamente a relação entre os resultados.

- (A) A diferença decorre da revisão dos limites territoriais piauienses realizada entre o levantamento censitário e o cálculo populacional posterior.
- (B) Os valores correspondem a procedimentos estatísticos distintos, pois o Censo realiza a operação censitária em período determinado e as estimativas calculam a população para datas de referência posteriores.
- (C) Os resultados representam populações territoriais distintas, uma vez que a estimativa incorpora habitantes dos municípios vinculados às regiões geográficas intermediárias.
- (D) A variação expressa a substituição dos dados municipais coletados pelo Censo por registros administrativos empregados na contagem anual da população.

14. Segundo os resultados do Censo Demográfico de 2022 divulgados pelo IBGE, 82,8% da população piauiense de 15 anos ou mais era alfabetizada. Na comparação entre as Unidades da Federação, esse percentual figurava entre os menores registrados no país. Considerando o alcance desse indicador, assinale a alternativa que apresenta corretamente sua interpretação.

- (A) O percentual informa a proporção da população adulta que concluiu a educação básica e possui capacidade formal de interpretação de textos escritos.
- (B) O indicador mede a participação das pessoas matriculadas em instituições educacionais em relação ao conjunto da população com idade para frequentar a escola.
- (C) A taxa expressa a proporção de pessoas de 15 anos ou mais capazes de ler e escrever um bilhete simples, segundo o critério empregado no levantamento censitário.
- (D) O resultado corresponde à população que concluiu os anos iniciais do ensino fundamental e permaneceu alfabetizada na data de referência do Censo.

15. No início do século XVIII, a pecuária constituía uma atividade relevante na formação econômica do território que viria a compor o Piauí. A determinação de que a criação de gado ocorresse a determinada distância do litoral e as condições de circulação existentes influenciaram a organização desse espaço. Considerando esse processo histórico, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma relação entre atividade econômica e ocupação territorial.

- (A) A expansão dos criatórios acompanhou a concentração das atividades comerciais no litoral, articulando as áreas produtoras às rotas marítimas de abastecimento.
- (B) A organização pecuária estruturou-se junto ao baixo curso do Parnaíba, onde a disponibilidade de terras favoreceu a associação entre criação extensiva e produção charqueadora.
- (C) A ocupação do interior resultou da transferência dos entrepostos comerciais para as áreas de criação, aproximando os agentes mercantis das unidades pecuárias.
- (D) A interiorização da pecuária contribuiu para organizar atividades econômicas no interior, enquanto o rio Parnaíba assumiu função na circulação vinculada à economia regional.

16. A formação administrativa dos municípios piauienses revela processos sucessivos de desmembramento territorial. O atual município de Dirceu Arcoverde, por exemplo, foi elevado à categoria de município em 1979, desmembrado de São Raimundo Nonato. Considerando esse tipo de transformação territorial, assinale a alternativa que apresenta corretamente seu significado político-administrativo.

- (A) O desmembramento altera a organização municipal ao constituir uma nova unidade político-administrativa a partir de território anteriormente integrado a outro município.
- (B) A criação municipal reorganiza a regionalização geográfica do estado ao transferir o novo território para uma Região Geográfica Imediata independente.
- (C) A emancipação modifica os limites estaduais sempre que a nova unidade municipal se localiza junto às áreas de fronteira administrativa.
- (D) O desmembramento corresponde à divisão da sede municipal, mantendo o território rural subordinado à administração do município de origem.

Legislação e Ética no Serviço Público

17. Vaticina a Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), que a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado, com ressarcimento de todas as vantagens, será corretamente definida como:

- (A) Reintegração.
- (B) Remoção.
- (C) Restituição.
- (D) Reaproveitamento.

18. Define a Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí), que promoção é a elevação do servidor ao posicionamento imediatamente superior àquele a que pertence, na respectiva carreira. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) É lícita a promoção do servidor durante o estágio probatório, exceto ao final, quando poderá ser deferida uma movimentação de posicionamento.
- (B) A promoção obedecerá aos critérios de merecimento, antiguidade e aposentadoria, na forma de regulamento.
- (C) A promoção na carreira dar-se-á sempre de um posicionamento para o seguinte, com interstício mínimo de 2 (dois) anos.
- (D) Na administração estadual, haverá uma Secretaria de Estado que funcionará como uma comissão permanente de avaliação do servidor, para fins de promoção.

19. Na forma da Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989, o Estado assegura, no seu território e nos limites de sua competência, a inviolabilidade dos direitos e das garantias fundamentais que a Constituição Federal confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país. Sobre o tema, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) Todos têm direito de requerer e obter, a qualquer tempo, independentemente de prazo, informações sobre atos, projetos e obras da Administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios, sob pena de responsabilidade, ressalvados os casos cujo sigilo seja comprovadamente indispensável à segurança da sociedade e das entidades administrativas.
- (B) Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, serão observados, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou decisão motivados, sob pena de nulidade absoluta.
- (C) A força policial só intervém para garantir o direito de reunião e de outras liberdades constitucionais, a defesa da ordem pública e a segurança pessoal, bem como o patrimônio público e privado, não podendo ser responsabilizada pelos danos que cometer, pois age em nome do Estado.
- (D) Incorre na penalidade de destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de direção, em órgão da Administração direta ou indireta, o agente público que, dentro de sessenta dias do requerimento do interessado, deixar, injustificadamente, de sanar omissão inviabilizadora do exercício de direito constitucional.

20. Define a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento, será corretamente considerado como:

- (A) Dado pessoal sensível.
- (B) Dado pessoal.
- (C) Dado não tratado.
- (D) Dado anonimizado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Assistente Social acerca das relações com os usuários, constitui dever do assistente social:

- (A) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como forma de favorecer o exercício dos direitos e a participação dos usuários nos processos decisórios.
- (B) Assegurar aos usuários o acesso às informações relativas aos serviços prestados, preservando, quando necessário, os elementos de natureza técnica que possam interferir na autonomia profissional.
- (C) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais que lhe dizem respeito, observados os limites estabelecidos pelas normas e pela organização dos serviços.
- (D) Orientar os usuários quanto aos recursos institucionais disponíveis, priorizando, nas situações de conflito entre interesses individuais e institucionais, a preservação dos objetivos estabelecidos pela instituição empregadora.

22. Nos termos da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, constitui competência do Assistente Social:

- (A) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- (B) Assumir, no âmbito das instituições, a direção e a responsabilidade técnica pelos serviços especializados em matéria de Serviço Social.
- (C) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.
- (D) Prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população, mediante elaboração de pareceres técnicos de caráter privativo.

23. Com base no debate contemporâneo sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, considere as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) O Projeto Ético-Político corresponde ao conjunto de normas jurídicas que regulamentam o exercício profissional, tendo sua direção social definida pela legislação que disciplina a profissão.
- (B) O Projeto Ético-Político expressa uma direção social construída historicamente pela categoria profissional, articulando valores, princípios e escolhas que incidem sobre o exercício profissional e estabelecem vínculos com determinado projeto societário.
- (C) O Projeto Ético-Político encontra sua principal expressão na dimensão técnica do trabalho profissional, uma vez que a definição dos meios de intervenção constitui o elemento determinante de sua direção social.
- (D) O Projeto Ético-Político apresenta natureza predominantemente institucional, sendo sua efetivação condicionada à incorporação de seus princípios pelas organizações empregadoras dos assistentes sociais.

24. Uma assistente social encerra sua atuação em determinado serviço e, em razão da continuidade do acompanhamento dos usuários, precisa proceder ao repasse da documentação técnica produzida durante sua atuação. Considerando a Resolução CFESS nº 556/2009, especialmente as disposições relativas ao repasse da documentação técnica, assinale a alternativa correta.

- (A) O repasse da documentação técnica em formato digital depende da autorização expressa de cada usuário, uma vez que a utilização de meios eletrônicos descaracteriza a natureza profissional dos documentos e impede sua transferência entre assistentes sociais.
- (B) O repasse da documentação técnica poderá ser realizado por meio digital, desde que sejam observados os requisitos de segurança, preservação do sigilo profissional e integridade das informações, cabendo ao profissional assegurar que o procedimento não exponha indevidamente o conteúdo dos documentos.
- (C) A documentação técnica poderá ser encaminhada por meio digital ao profissional que dará continuidade ao trabalho, desde que a instituição empregadora seja previamente comunicada, ficando dispensada a adoção de medidas específicas relacionadas ao sigilo profissional quando o destinatário for assistente social.
- (D) O profissional que recebe documentação técnica em formato digital poderá convertê-la para outros meios de armazenamento e compartilhá-la com integrantes da equipe de trabalho, desde que a finalidade seja exclusivamente profissional e esteja relacionada ao atendimento dos usuários.

25. No Serviço Social, a dimensão técnico-operativa deve ser compreendida em conexão com as demais dimensões da intervenção profissional. Nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- (A) A dimensão técnico-operativa corresponde ao domínio de instrumentos e técnicas, cuja adequada aplicação constitui o principal elemento para assegurar a efetividade da intervenção profissional.
- (B) A dimensão técnico-operativa define os valores e princípios que fundamentam a intervenção profissional, orientando a escolha dos procedimentos empregados diante das demandas institucionais.
- (C) A dimensão técnico-operativa consiste na aplicação dos conhecimentos teóricos às situações profissionais, mediante procedimentos destinados à resolução das demandas apresentadas pelos usuários.
- (D) A dimensão técnico-operativa articula instrumentos e técnicas às dimensões teórico-metodológica e ético-política, orientando sua utilização pelas finalidades e pelos fundamentos da intervenção profissional.

26. No âmbito do Serviço Social, a pesquisa social, o planejamento e a gestão constituem dimensões relacionadas ao exercício profissional. Considerando essa perspectiva, marque a alternativa correta.

- (A) O planejamento social organiza racionalmente recursos, objetivos e ações, tendo como finalidade central adequar as demandas dos usuários às possibilidades institucionais de atendimento.
- (B) A pesquisa social possibilita apreender as determinações e mediações presentes na realidade, contribuindo para o planejamento e para a gestão de ações profissionais fundamentadas no conhecimento das demandas e das condições sociais concretas.
- (C) A gestão social caracteriza-se pela dimensão administrativa da intervenção profissional, concentrando-se na organização de recursos e serviços e mantendo relativa autonomia em relação às determinações sociais que conformam as demandas.
- (D) A pesquisa social aplicada ao Serviço Social possui caráter predominantemente instrumental, destinando-se à produção de informações necessárias à execução de ações previamente definidas no planejamento institucional.

27. No exercício profissional do Serviço Social, o parecer social possui finalidade específica no conjunto dos instrumentos técnico-operativos. Sobre esse documento, assinale a alternativa correta.

- (A) O parecer social consiste na descrição sistemática das informações obtidas durante o estudo social, apresentando os dados relativos à situação analisada para subsidiar posterior manifestação técnica.
- (B) O parecer social constitui documento destinado à exposição detalhada dos procedimentos empregados na realização da perícia social, devendo apresentar os instrumentos utilizados e os registros obtidos durante a intervenção profissional.
- (C) O parecer social expressa a posição técnica do assistente social sobre determinada situação estudada, fundamentada na análise dos elementos relevantes da realidade social e nos conhecimentos próprios da área do Serviço Social.
- (D) O parecer social corresponde ao documento elaborado para registrar conclusivamente os resultados de uma entrevista social, limitando-se à manifestação do profissional sobre as informações diretamente fornecidas pelo usuário.

28. De acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, do CFESS, a articulação com a equipe de saúde envolve ações que integram o trabalho profissional ao atendimento em saúde. Nesse âmbito, constitui ação pertinente ao assistente social:

- (A) Assumir a coordenação das ações interdisciplinares da equipe de saúde, organizando os fluxos de atendimento e distribuindo as demandas sociais entre os profissionais envolvidos.
- (B) Centralizar as informações socioeconômicas dos usuários para subsidiar as decisões da equipe, compartilhando os registros sociais conforme as necessidades identificadas no processo de trabalho.
- (C) Orientar os demais profissionais da equipe quanto aos procedimentos técnicos do Serviço Social, especialmente nas situações que envolvam direitos sociais e acesso aos serviços de saúde.
- (D) Participar, em conjunto com a equipe de saúde, da elaboração de protocolos assistenciais e da organização do trabalho, contribuindo com seus conhecimentos específicos e considerando as atribuições e competências profissionais.

29. No atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, o Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui instrumento fundamental para o acompanhamento da medida. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do SINASE, é correto afirmar que:

- (A) O PIA é elaborado pela equipe técnica responsável pela execução da medida e sua finalidade consiste em estabelecer as metas institucionais a serem cumpridas pelo adolescente, cabendo à família acompanhar sua execução.
- (B) O PIA constitui instrumento de avaliação disciplinar do adolescente, devendo priorizar o registro das condutas apresentadas durante o cumprimento da medida e dos respectivos mecanismos de responsabilização.
- (C) O PIA deve contemplar a participação do adolescente e de sua família, considerando suas necessidades, interesses e potencialidades, e orientar o acompanhamento e a execução da medida socioeducativa de forma individualizada.
- (D) O PIA deve estabelecer as atividades socioeducativas a serem cumpridas pelo adolescente, competindo à equipe técnica definir previamente seu conteúdo e submetê-lo ao adolescente e à família para ciência e acompanhamento.

30. De acordo com a Resolução CNJ nº 225, de 31 de maio de 2016, a aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário deve observar determinadas condições e princípios. Nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- (A) A aplicação da Justiça Restaurativa pressupõe a identificação prévia do responsável pelo conflito, competindo ao facilitador estabelecer as medidas reparatórias adequadas e conduzir os envolvidos à sua aceitação.
- (B) A aplicação da Justiça Restaurativa concentra-se na celebração de acordos entre vítima e ofensor, sendo a reparação do dano o resultado necessário para a conclusão do procedimento restaurativo.
- (C) A aplicação da Justiça Restaurativa ocorre mediante substituição das medidas judiciais aplicáveis por práticas restaurativas, sempre que houver concordância entre os envolvidos e participação do facilitador.
- (D) A aplicação da Justiça Restaurativa deve buscar a conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, bem como a reparação dos danos e a recomposição dos vínculos rompidos, mediante participação dos envolvidos.

31. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei nº 8.069/1990, no que se refere às medidas específicas de proteção, considere a situação em que os direitos de uma criança ou adolescente estejam ameaçados ou violados. Nessa hipótese, a aplicação das medidas deve observar:

- (A) A avaliação da situação pelo Conselho Tutelar, que deverá priorizar medidas de acolhimento institucional sempre que identificada situação de ameaça ou violação de direitos, considerando a proteção integral como fundamento da intervenção.
- (B) A aplicação gradativa das medidas, iniciando-se pelas orientações destinadas aos pais ou responsáveis e avançando para o acolhimento institucional diante da permanência da situação de risco.
- (C) A condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, a necessidade de considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a preferência por medidas que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários.
- (D) A determinação judicial das medidas de proteção previstas no Estatuto, considerando que a intervenção sobre direitos individuais da criança e do adolescente exige manifestação prévia da autoridade judiciária.

32. De acordo com a Lei nº 12.594/2012 (SINASE), os programas de atendimento destinados à execução de medidas socioeducativas de privação da liberdade devem observar determinadas diretrizes. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os programas de privação da liberdade devem concentrar suas atividades na escolarização e na profissionalização do adolescente, ficando as ações de integração social subordinadas à conclusão dessas etapas de atendimento.
- (B) Os programas de privação da liberdade devem prever, entre outros aspectos, a realização de atividades de integração social e capacitação profissional, bem como a participação do adolescente na elaboração e no acompanhamento do Plano Individual de Atendimento.
- (C) Os programas de privação da liberdade devem organizar suas atividades segundo critérios uniformes de atendimento, de modo a assegurar tratamento equivalente aos adolescentes submetidos à mesma medida socioeducativa.
- (D) Os programas de privação da liberdade devem priorizar a disciplina institucional e o cumprimento das normas internas, utilizando as atividades pedagógicas e de integração social como instrumentos complementares à responsabilização do adolescente.

33. Com base nas disposições da Lei Federal nº 13.869/2019, acerca dos crimes de abuso de autoridade e das respectivas penas, indique a alternativa correta.

- (A) A condenação por crime de abuso de autoridade produz automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública, quando a pena privativa de liberdade aplicada superar 1 ano, independentemente da ocorrência de reincidência.
- (B) As penas restritivas de direitos previstas na Lei nº 13.869/2019, substitutivas das privativas de liberdade, compreendem a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 a 6 meses, com perda dos vencimentos e das vantagens, podendo ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- (C) A pena de suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, prevista como restritiva de direitos, possui duração de 6 meses a 1 ano e preserva os vencimentos e as vantagens durante o período de afastamento.
- (D) Os efeitos da condenação relativos à inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública e à perda do cargo, mandato ou função pública constituem penas principais, aplicáveis conjuntamente com a pena privativa de liberdade.

34. De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), no que se refere ao direito à habilitação e à reabilitação, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de habilitação e de reabilitação destina-se prioritariamente à recuperação da capacidade funcional comprometida pela deficiência, sendo a promoção da autonomia e da participação social objetivos complementares do atendimento.
- (B) A habilitação e a reabilitação da pessoa com deficiência constituem ações de natureza predominantemente clínica, cabendo aos serviços especializados definir as intervenções necessárias segundo o diagnóstico e o grau de comprometimento funcional.
- (C) O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- (D) A habilitação e a reabilitação devem ser organizadas a partir da avaliação das limitações funcionais da pessoa com deficiência, tendo como finalidade principal sua adaptação às condições sociais e ambientais existentes.

35. Considerando a Política Nacional de Assistência Social — PNAS/2004, a assistência social, enquanto política pública de proteção social, deve orientar-se por princípios que fundamentam sua organização e sua relação com os usuários. A esse respeito, marque a alternativa correta.

- (A) A assistência social rege-se pela supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, pela universalização dos direitos sociais e pela igualdade de direitos no acesso ao atendimento.
- (B) A assistência social rege-se pela seletividade do atendimento conforme a capacidade contributiva dos usuários, pela focalização das ações nos segmentos de maior vulnerabilidade e pela complementaridade da proteção social pública.
- (C) A assistência social orienta-se pela centralidade da responsabilidade familiar na provisão da proteção social, pela territorialização dos serviços e pela priorização do atendimento aos grupos submetidos a situações de pobreza.
- (D) A assistência social fundamenta-se na articulação entre benefícios e serviços, na descentralização político-administrativa e na participação da sociedade civil na formulação das ações de proteção social.

36. De acordo com a Lei nº 8.742/1993 — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a organização da assistência social deve observar diretrizes que estruturam sua gestão e a participação social. Dessa forma, é correto afirmar que:

- (A) A descentralização político-administrativa das ações de assistência social atribui aos Municípios a execução das políticas, cabendo à União a coordenação exclusiva das ações e aos Estados a função de supervisão dos serviços socioassistenciais.
- (B) A participação da população na assistência social ocorre por meio das entidades e organizações representativas, às quais compete formular as políticas e exercer o controle das ações, observada a coordenação estatal em cada esfera de governo.
- (C) A organização da assistência social fundamenta-se na centralização político-administrativa das ações, assegurando-se a participação da população por meio dos conselhos de assistência social e das entidades representativas dos usuários.
- (D) A descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo, constitui diretriz da assistência social, acompanhada da participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

37. De acordo com a Lei Federal nº 8.080/1990, a organização, a direção e a gestão do Sistema Único de Saúde — SUS obedecem a uma estrutura descentralizada e articulada entre os entes federativos. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A direção do Sistema Único de Saúde é única, sendo exercida, no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde; nos Estados e no Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e, nos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.
- (B) A direção do Sistema Único de Saúde é exercida conjuntamente pelos órgãos gestores das três esferas de governo, cabendo ao Ministério da Saúde a coordenação geral das ações e serviços e às Secretarias de Saúde a execução das políticas definidas nacionalmente.
- (C) A direção do Sistema Único de Saúde compete, nos Estados e Municípios, às respectivas Secretarias de Saúde, enquanto a União exerce função de coordenação normativa e financeira, mediante deliberação conjunta com os gestores estaduais e municipais.
- (D) A organização do Sistema Único de Saúde compreende a constituição de redes regionalizadas e hierarquizadas, cuja direção é compartilhada entre os entes federativos mediante órgãos colegiados de gestão, preservada a autonomia administrativa de cada esfera.

38. Tomando como referência a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017, que dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial — RAPS, considere a organização de seus pontos de atenção e assinale a alternativa correta.

- (A) A Atenção Residencial de Caráter Transitório compreende as Unidades de Acolhimento e os Serviços de Atenção em Regime Residencial, enquanto as Estratégias de Desinstitucionalização têm como ponto de atenção os Serviços Residenciais Terapêuticos.
- (B) A Atenção Psicossocial Especializada é composta pelas Unidades Básicas de Saúde e pelos Centros de Atenção Psicossocial, enquanto a Atenção Hospitalar compreende os Serviços Residenciais Terapêuticos e os leitos de saúde mental em hospital geral.
- (C) As Estratégias de Reabilitação Psicossocial são constituídas pelos Serviços Residenciais Terapêuticos e pelas iniciativas de trabalho e geração de renda, tendo como finalidade organizar a moradia e a inserção produtiva das pessoas com sofrimento ou transtorno mental.
- (D) A Atenção de Urgência e Emergência é composta pelos Centros de Atenção Psicossocial, pelo SAMU 192, pelas Unidades de Pronto Atendimento e pelas portas hospitalares de atenção à urgência, cabendo aos CAPS a coordenação exclusiva dos fluxos de atendimento emergencial.

39. De acordo com a Lei Federal nº 11.343/2006, especialmente quanto às competências atribuídas aos entes federativos no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas — SISNAD, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete aos Estados elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, coordenar o SISNAD em seu território e estabelecer as diretrizes gerais sobre sua organização e funcionamento, observadas as normas federais.
- (B) Compete aos Municípios formular a Política Nacional sobre Drogas e coordenar sua execução, cabendo à União estabelecer as ações locais de prevenção, atenção e reinserção social dos usuários e dependentes.
- (C) Compete conjuntamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer as diretrizes nacionais de organização e funcionamento do SISNAD, mediante deliberação dos respectivos órgãos gestores.
- (D) Compete à União formular e coordenar a execução da Política Nacional sobre Drogas, elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade, além de coordenar o SISNAD.

40. De acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, a organização da atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei deve considerar a articulação entre a saúde e a política socioeducativa. Nessa perspectiva, indique a alternativa correta.

- (A) A PNAISARI estabelece que o cuidado em saúde dos adolescentes privados de liberdade deve ser realizado prioritariamente no interior das unidades socioeducativas, cabendo à Atenção Básica o atendimento complementar das demandas encaminhadas pela equipe socioeducativa.
- (B) A PNAISARI atribui às equipes socioeducativas a responsabilidade principal pela definição das necessidades de saúde dos adolescentes, cabendo às equipes de saúde executar as ações previstas no Plano Individual de Atendimento.
- (C) A PNAISARI prevê a articulação dos Projetos Terapêuticos Singulares elaborados pelas equipes de saúde aos Planos Individuais de Atendimento (PIA), de modo a atender às complexas necessidades dos adolescentes em conflito com a lei.
- (D) A PNAISARI determina que as ações de saúde mental e de atenção às necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas sejam desenvolvidas exclusivamente pelos serviços especializados da Rede de Atenção Psicossocial, considerando a especificidade da população atendida.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto deverá conter o limite máximo de **30 (tinta) linhas** efetivamente escritas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- As provas discursivas serão compostas, para todos os cargos/especialidades, por 01 (uma) questão prática, sob a forma de estudo de caso, relacionada às atribuições do respectivo cargo/especialidade e aos conteúdos específicos constantes do Anexo II do Edital.
- O candidato deverá apresentar solução fundamentada para a situação-problema proposta, em texto dissertativo.

Uma assistente social de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi oficialmente requisitada pelo Poder Judiciário para realizar uma avaliação técnica envolvendo uma família acompanhada pelo serviço. O processo refere-se à possível suspensão do poder familiar de uma mãe solo, em razão de reiteradas denúncias de negligência. Durante o acompanhamento, verificou-se que a família reside em moradia precária, enfrenta insegurança alimentar, desemprego de longa duração e ausência de rede de apoio. As crianças apresentam histórico de evasão escolar e dificuldades de acesso aos serviços de saúde, em razão das barreiras territoriais existentes no município.

Após a realização de entrevistas, visitas domiciliares, análise documental e articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, o magistrado determina que a assistente social apresente, no prazo de dez dias, "um relatório social contendo manifestação conclusiva sobre a capacidade da mãe para exercer a guarda dos filhos".

Na condição de assistente social, elabore um texto dissertativo, fundamentado na legislação profissional e nos referenciais técnico-operativos do Serviço Social, abordando, obrigatoriamente:

- a) A modalidade de intervenção técnico-profissional adequada à situação apresentada;
- b) O documento técnico que deve ser produzido para atender à requisição judicial, justificando sua escolha;
- c) Os limites éticos e técnicos da atuação do assistente social quanto ao objeto da avaliação, ao sigilo profissional, à autonomia técnica e à proteção dos direitos da usuária;
- d) A forma como a análise profissional deve contemplar as determinações estruturais da questão social, evitando interpretações moralizantes ou individualizantes da situação vivenciada pela família.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	